

## O LIVRO DIDÁTICO E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS<sup>1</sup>

Margareth Maria de Melo<sup>2</sup>

### RESUMO

O livro didático é uma ferramenta muito utilizada nos cotidianos das salas de aula da Educação Básica. No período de 2011 a 2019 desenvolvi juntamente com minhas orientandas de iniciação científica diversas pesquisas com livros didáticos (LD) que resultaram em descobertas que promoveram a integração entre ensino, pesquisa e extensão. No presente artigo irei abordar sobre essas experiências que enriqueceram minha prática, os desafios encontrados na trajetória desenvolvida e as perspectivas que a temática étnico-racial propõe tanto para a formação docente como para revisão dos conteúdos propostos nos LD. A metodologia de pesquisa é bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e descritiva. A análise dos dados foi a partir da análise de conteúdo qualitativa que permitiu adentrar tanto nos textos e atividades, como imagens presentes nos LD estudados. Ao longo da pesquisa sobre os LD foram identificadas as seguintes categorias: diversidade cultural, a invisibilidade dos povos indígenas ao longo da história do Brasil, identidade e protagonismo negro, África, tráfico, trabalho escravo, resistência negra, movimento abolicionista, abolição, pós-abolição e cultura afro-brasileira. Pelo que foi relatado nos vários momentos da pesquisa se constatou lacunas significativas no LD. Observou-se que é urgente um trabalho de formação continuada de professoras/es sobre essas temáticas a partir do olhar do povo negro e indígena. Outra constatação foi sobre a formação no Curso de Pedagogia, as alunas que se envolveram na pesquisa e no curso de extensão tiveram uma formação complementar sobre as temáticas desenvolvidas no estudo, mas as demais estudantes não tiveram essa oportunidade, pois ao longo do curso é muito superficial o que é tratado sobre a temática. Outra preocupação é o envolvimento de mais professoras/es do curso com essa temática que é transversal no currículo. Foram muitas aprendizagens e descobertas dinamizando o ensino e provocando o desenvolvimento crítico de estudantes, docentes e pesquisadoras.

Palavras-chave: Livro Didático, Formação Docente, Indígena, Afro-brasileira.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo relata uma parte da experiência de pesquisas desenvolvidas ao longo de oito anos (2011-2019) sobre a questão étnico-racial e o livro didático (LD) de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas pesquisas faziam parte do Programa de Pesquisa PROPESQ/UEPB/2011 que tinha como título “Africanidades e afrobrasilidades representadas na lei 10.639/2003, no curso de formação docente, em escolas quilombolas e da rede pública de ensino de Campina Grande (PB)”. Como

---

<sup>1</sup> A pesquisa fez parte do PROPESQ/UEPB/2011 que recebeu financiamento da UEPB.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, margarethmmelo@servidor.uepb.edu.br

pesquisadora colaboradora, fiquei responsável pela pesquisa do livro didático dos anos iniciais das escolas públicas municipais de Campina Grande.

A relevância deste programa de pesquisa consistiu em conhecer como a lei 10.639/2003 estava sendo tratada no município, tanto nas escolas da rede como nos cursos de formação docente, visto que tinham professoras do curso de Pedagogia e História. Outro aspecto muito importante foi à formação de grupo de pesquisa com estudantes destes cursos, a formação desenvolvida com os mesmos antes da realização da pesquisa, durante todo o processo, com a entrada de novos estudantes e, especialmente, após a conclusão das pesquisas com o livro didático e o início de nova etapa de ações extensionistas, pois a pesquisadora foi para escola ministrar curso de formação para professoras das salas de aula, de 4º e 5º ano, sobre o trato com o livro didático e a questão étnico-racial presentes nas escolas da rede pública de ensino municipal.

Um grande desafio para a pesquisadora era à saída das estudantes por conta da conclusão de curso, exigindo todo um recomeço com a formação de novas estudantes para dar continuidade ao processo de pesquisa. A formação complementar oferecida às estudantes teve várias performances, dependendo do nível de envolvimento destas com a pesquisa e com os estudos, pois a motivação maior para elas era a produção de seu Trabalho de Conclusão de Curso. Apenas uma estudante em cada edição da pesquisa de iniciação científica que tinha ajuda financeira (bolsa de PIBIQ/CNPQ), mas as voluntárias também tinham a oportunidade de produzir para participar de eventos os mais diversos (local, regional, nacional e internacional). Foram vários artigos publicados e mais de dez (10) monografias de conclusão de curso.

Outro aspecto de grande relevância e aprendizado para pesquisadora e as estudantes foi à articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa fomos entendendo esse processo e a necessidade de estudar/ensinar no grupo de pesquisa era constante. Destarte, identificamos vários problemas que desafiavam a novas pesquisas e culminou com a devolutiva para as docentes que colaboraram com a pesquisa, num curso de formação continuada em três escolas da rede pública municipal, além de diversas palestras em vários eventos sobre os resultados alcançados.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada na pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva,

bibliográfica, considerando o livro didático (LD) como um documento histórico, sendo então, uma pesquisa documental. Mesmo sabendo dos limites que o LD pode provocar, mas é comprovado por várias pesquisas que ele é um instrumento primordial na dinâmica de sala de aula, muitas vezes o único recurso utilizado pelo corpo docente e discente no cotidiano escolar. Foi trabalhado também os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (BRASIL, 1997a) e Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural (BRASIL, 1997b), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), as leis 10.639 (BRASIL, 2003) e 11.645 (BRASIL, 2008), o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). Buscou-se entender ainda, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) desde a sua origem e os desafios que se apresentaram ao longo dos anos até o período da pesquisa.

Inicialmente, visava-se encontrar livros que foram editados antes e depois de 2003, pois queria-se compreender como a lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tinham influenciado na produção dos livros didáticos. Porém, diante da dificuldade de conseguir os livros, delimitou-se a pesquisa para os livros que estavam sendo adotados naquele período. De maneira geral o objetivo era analisar como a questão negra era tratada no LD de história. Especificamente, os objetivos eram identificar o que e como a temática negra era trabalhada, além de avaliar como a imagem do povo negro era abordada nos livros didáticos.

A amostra da pesquisa considerou os livros do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental que eram adotados, na época, em escolas da rede municipal de Campina Grande. Após visita a várias escolas, de forma aleatória, alguns livros foram cedidos ou por empréstimos ou doações. Totalizaram 11 livros, sendo sete (7) do 4º ano e quatro (4) do 5º ano. Algumas escolas adotavam os mesmos livros que outras, uns eram do ano de 2008 e outros de 2011. Em duas escolas foram encontrados dois livros que já haviam sido adotados em anos anteriores e que eram do ano de 2001. Resolveu-se incluir a análise desses livros também para comparar com a proposta da lei 10.639/2003. Assim, Souza (2014) realizou a pesquisa com os sete LD do 4º ano e Andrade (2014) trabalhou com os quatro LD do 5º ano e os dois que eram de 2001, totalizando seis livros.

Num segundo momento, percebeu-se que dependendo do livro algumas temáticas estavam ou no 4º ano, ou no 5º ano, ou não apareciam e o grupo de pesquisadoras questionou se estariam em livros de outros anos letivos. Assim, sentiu-se a necessidade de conhecer a coleção completa de 1º ao 5º ano e compreender a proposta de cada coleção como um todo. Então, o grupo de pesquisa foi ver quais as mais usadas, porém, o grande número de escolas e a ausência de dados na Secretaria de Educação dificultou esse resultado e baseado numa enquete junto a algumas diretoras de escolas foram escolhidas três (3) coleções para pesquisa. A coleção Projeto Buriti, a coleção A Escola é Nossa e a coleção Aprender Juntos.

O terceiro momento foi à ida para três escolas que trabalhavam com as coleções estudadas para realizar um curso de extensão junto a essas escolas, em que buscou-se mostrar os resultados da pesquisa e a necessidade de tratar melhor a temática afro-brasileira. Devido os limites com o número de estudantes de Pedagogia envolvidas na pesquisa priorizou-se o trabalho com o 4º e 5º ano destas escolas.

Em paralelo ao processo desenvolvido, a pesquisadora assumiu o componente do Curso de Pedagogia que aborda sobre o Ensino de História, permitindo uma conexão com o trabalho em sala de aula da universidade, as discussões e estudos no grupo de pesquisa e a formação continuada junto às professoras das escolas, numa atividade extensionista. Esse momento foi o ápice do processo, em 2015-2016, pois a articulação entre ensino, pesquisa e extensão provocou grande aprendizado para todas as pessoas envolvidas.

Na sequência, em 2017, retomou-se a pesquisa com o LD e foi acrescentado o estudo da temática indígena. No entanto, com a redução de estudantes do Curso de Pedagogia no grupo de pesquisa não foi possível continuar o trabalho, que finalizou na cota 2018-2019 e os estudos se limitaram ao componente curricular de Ensino de História. Com a discussão da BNCC, a partir de 2016, o LD estava passando por novas mudanças. Ao longo dos semestres, em cada turma de Ensino de História, buscou-se discutir as propostas de conteúdos, as competências, habilidades e problematizar as novas edições do LD. Depois da paralização da pesquisa no período 2019-2021, em 2022 a pesquisadora retomou a pesquisa sobre a temática étnico-racial no LD.

Foi adotado para análise dos dados, em todos os momentos da pesquisa, a análise de conteúdo qualitativa (BAUER, 2013) que permitiu adentrar tanto nos textos e atividades, como imagens presentes nos livros didáticos estudados. Ao longo da pesquisa sobre os LD

foram identificadas as seguintes categorias: diversidade cultural, a invisibilidade dos povos indígenas ao longo da história do Brasil, identidade e protagonismo negro, África, tráfico, trabalho escravo, resistência negra, movimento abolicionista, abolição, pós-abolição e cultura afro-brasileira. A seguir iremos fazer um recorte e abordar as três primeiras categorias, as possibilidades e os desafios que se apresentam no LD para contribuição e construção de uma educação antirracista.

## **DIVERSIDADE CULTURAL E INVISIBILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS**

Alguns livros didáticos querem falar de diversidade sem tratar das questões étnico-raciais, de diferenças sócio econômicas, de gênero e sexualidade, de religiões, de gerações e de pessoas com deficiência. Mostrar apenas as diferenças regionais, geográficas e culturais não é suficiente. A cultura brasileira é formada das influências das matrizes que deram origem ao país: os indígenas, europeus e africanos.

Foram encontrados livros que não aparecia a palavra negro/negra, existia imagem de crianças negras, de pessoas negras, mas não a palavra, isto é, não se tratava sobre a questão étnico-racial. O mesmo foi observado em relação aos povos indígenas, nenhuma referência nas imagens e nos textos. Falava-se de diversidades e diferenças regionais, de localidades, produtos, trabalhos. Mas sobre a questão indígena, afro-brasileira e africana não existia nada nos livros, especialmente nos três primeiros anos (1º, 2º e 3º ano) do Ensino Fundamental. O que isso significa? Por que um livro de história do Brasil não aborda a questão negra e indígena?

A diversidade em todos os seus aspectos precisa ser apresentada de forma positiva, construtiva, colaborativa, integrativa, dinâmica e deve ser tratada com muito respeito, seriedade e compromisso com a formação democrática, crítica e cidadã. Se o país é formado pela mistura de várias matrizes, todas devem ser valorizadas e abordadas para que se compreenda a riqueza das tradições culturais, para que seja superada uma visão elitista que classifica e hierarquiza alguns aspectos da cultura como populares, folclóricos, de segunda categoria, enquanto que outros são eruditos, cultos, de primeira categoria. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) afirmam que:



Consciência Política e Histórica da Diversidade este princípio deve conduzir:

- à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história; (...)
- à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados;
- à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos; (...) (BRASIL, 2004, p.18-19).

Os princípios, acima citados, deixam bem evidenciados que toda pessoa humana deve ser respeitada na sua dignidade, história e cultura, então, desde os primeiros anos de escolarização deve-se trabalhar com valores que ajude a formação de sujeitos de direitos, com autonomia, liberdade, respeito às diferenças, a diversidade e comprometidos com o bem comum, a democracia e a cidadania.

Nos três primeiros anos do ensino Fundamental, no componente de História, buscam-se, desde os PCN, tratar sobre a formação da identidade (o eu), como sujeito da história, pertencente a um grupo familiar, a uma comunidade (eu e o outro), sobre a diversidade que essas relações proporcionam no convívio, no cotidiano, no estudo do meio, onde cada um vive, sua família, a escola, a comunidade, a cidade, sua história, a pluralidade cultural, social, econômica e os desafios do momento presente, objetivando a formação de um cidadão autônomo, consciente de seus direitos e deveres, crítico do contexto histórico e aberto a transformações que ajude a melhorar a vida em sociedade (BRASIL, 1997a;b).

Muitos LD destacaram a diversidade ao longo de suas coleções, porém ainda foi muito elementar o conteúdo sobre os povos indígenas, ainda é forte o olhar do não indígena, o estranhamento, o desconhecimento sobre sua origem, seu cotidiano, a organização do movimento indígena, suas lutas, reivindicações e conquistas. Como falar de diversidade sem abordar sobre os povos originários? Como falar de cultura brasileira sem considerar a influência indígena? Ainda se apresenta um indígena genérico, como se todos os povos indígenas fossem iguais, que existiram lá no século XV e XVI, que suas culturas são atrasadas, não evoluíram e se começam a usar coisas de culturas dos dias atuais deixam de ser indígenas e, por fim, muitos afirmam que brasileiro não é indígena e nega essa origem ancestral (FREIRE, 2016). Reparar esses equívocos deve ser tarefa cotidiana nas escolas.

Poucos livros didáticos demonstram a diversidade dos povos indígenas e como no nosso cotidiano a maneira de ser, o comportamento e a forma de se relacionar tem herança indígena. Diversos costumes, comidas, palavras, são de origem indígena. É preciso conhecer melhor a influência indígena na formação do povo brasileiro. Em alguns LD o indígena não aparece ao longo da história do Brasil, depois do encontro com o europeu, das trocas ocorridas, da catequese e escravização indígena nada mais era estudado, como se tivessem desaparecido, não existissem mais no território antes ocupado por eles.

O que aconteceu com estes povos ao longo destes cinco séculos? Como eles lutaram contra a escravização? Como resistiram a mais de quinhentos anos de indiferença, exclusão e perseguição por parte dos governos brasileiros? O que foi o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)? Como está organizado o movimento indígena nos dias atuais e quando ele surgiu? Quais as lutas dos povos indígenas hoje? Quantos povos indígenas ainda existem no Brasil, em cada região? Como sobrevivem? Como se relacionam com os não indígenas? Em especial, com os governos dos estados e o governo federal?

Essas são questões que podem ser trabalhadas nos anos iniciais para sensibilizar as crianças com as lutas e conquistas destes povos, formar uma rede de solidariedade, com a causa indígena. Conhecer a diversidade indígena, sua organização, como funciona a educação indígena nas aldeias? Como as crianças são tratadas nas comunidades? E como os não indígenas precisam se solidarizar e colaborar com as organizações que lutam em favor das reivindicações de demarcação, proteção e cuidados das terras e dos povos indígenas? É preciso falar sobre os povos originários, sua diversidade, sua relação com a floresta, a terra, a natureza, o meio ambiente, como vivem e sobrevivem. Uma forma de favorecer esse estudo é

Identificando algumas das características da sociedade em que os alunos vivem, podem-se introduzir estudos sobre uma comunidade indígena que habita ou habitava a mesma região onde moram atualmente. A opção de introduzir estudos de povos indígenas é relevante por terem sido os primeiros habitantes das terras brasileiras e, até hoje, terem conseguido manter formas de relações sociais diferentes das que são predominantes no Brasil. A preocupação em identificar os grupos indígenas que habitam ou habitaram a região próxima do convívio dos alunos é a de possibilitar a compreensão da existência de diferenças entre os próprios grupos indígenas, com especificidades de costumes, línguas diferentes, evitando criar a imagem do índio como povo único e sem história. (BRASIL, 1997a, p.41).

O PCN de História trazia essa proposta de estudo a partir de comunidades indígenas da região próxima de onde o aluno morava, era um avanço em termos de conteúdo e metodologia com o estudo do meio, fazendo conexão com outros componentes curriculares, numa relação interdisciplinar. No entanto, a maioria do corpo docente não soube fazer esse estudo, ou não conseguiu as condições para seu desenvolvimento. Na proposta da BNCC (BRASIL, 2017) também faz referência a esse tipo de estudo no 3º ano, quando a unidade temática trata das pessoas e os grupos que compõe a cidade e o município, porém, novamente não são ofertadas as diretrizes para seu desenvolvimento. Sem uma formação continuada para o corpo docente tratar essas temáticas, sensibilizando para um trabalho de valorização da diversidade étnico-racial nada irá mudar no cotidiano escolar.

O mesmo deve ocorrer nos cursos de Licenciatura, especialmente, Pedagogia, sem uma formação efetiva sobre as questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade não serão superados os problemas de racismo estrutural, homofobia, xenofobia, machismo e violência das mais variadas formas. É papel da escola pautar essas temáticas no seu currículo e envolver toda comunidade escolar para desenvolvimento de ações concretas que levem a superação destas situações no seu cotidiano.

Sobre a questão indígena na maioria dos livros estudados aparece pelo menos um capítulo que fala sobre os mesmos, mas é marcante como a história do Brasil é contada a partir da chegada dos portugueses, mesmo que em alguns livros se questione a “descoberta” do país, aparece ainda a visão do colonizador que chega, estranha a forma de vida do indígena, negocia com ele algumas trocas de mercadorias, escambo, ocorre a tomada de posse da terra, busca por riquezas, a exploração do pau-brasil e conseqüente escravização indígena. Não aparece a resistência indígena, ou é abordado de formamuito superficial, chegou-se a encontrar um LD que fala da parceria entre indígenas e portugueses na exploração do pau-brasil.

Depois de 1600 quase não se fala de indígenas, é como se estivessem extintos, não aparece ao longo da história como o indígena sobrevive, onde ele estaria morando ou quais eram suas lutas, movimentos e conquistas. Alguns poucos livros vão mostrar depois da constituição de 1988, suas organizações e movimentos de luta pela terra na atualidade. E de forma muito superficial. Em outros livros de 1º a 3º ano aparecem algumas imagens de

crianças indígenas, brincadeiras, organização familiar, escolas indígenas e alguns costumes também de forma superficial e genérica como se todas as populações indígenas fossem da mesma forma.

Com a BNCC se modificou os conteúdos do 4º e 5º ano e ao invés de iniciar com a história do Brasil, colocou-se a ampliação do estudo para origem dos povos, a história universal ou geral que era conteúdo do 6º ano. Com isso se fala da origem dos povos, nomadismo, a descoberta da agricultura, os processos migratórios, dentre outros. E ao invés de mostrar os indígenas como exemplo de povos nômades, que estes foram os primeiros a chegarem ao continente americano e como se desenvolveram, foram dados exemplos de povos distantes de outros continentes tornando difícil para as crianças do 4º ano compreender esses conteúdos. Parece cada vez mais se dar ênfase a visão eurocêntrica e os povos originários ficam sem visibilidade e com isso não se sensibiliza as novas gerações para as lutas dos povos indígenas.

Como docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e estudantes do curso de pedagogia poderiam assumir a causa indígena e trabalhar para sensibilização e formação de uma rede de solidariedade com os povos indígenas dos mais diversos recantos deste país? Como fugir da lógica civilizatória de assimilação da cultura do não indígena assumida por muitos governos brasileiros, ou da visão exótica dos povos originários? A lei 11.645 (BRASIL, 2008) é um suporte que exige mais compromisso no resgate da influência indígena nas áreas social, econômica e política, porém, é importante destacar que os povos indígenas não só contribuíram, mas influenciaram essas áreas, além da cultural e ambiental, muito se tem a aprender com os povos originários para se chegar a um equilíbrio da vida contemporânea, o Bem Viver.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste ano de 2023 em que a Lei 10.639 e a Lei 11.645 completam vinte anos e quinze anos respectivamente, ainda constatamos diversas lacunas nos estudos sobre os povos indígenas e a população negra nos livros didáticos utilizados na maioria das escolas. Necessário se faz ampliar essa discussão nos cursos de formação docente e nas formações continuadas oferecidas aos docentes que já atuam nas escolas. Os livros didáticos mostram uma certa evolução, melhorando a cada edição a abordagem da temática étnico-racial, porém,

sem investimento na formação inicial e continuada as mudanças ocorrerão de forma muito lenta.

Ainda encontramos educadores que não conhecem as leis acima citadas, as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana oferecem vários subsídios para o trabalho docente tanto na formação inicial e continuada.

Observou-se que é urgente um trabalho de formação continuada de professoras/es sobre essas temáticas a partir do olhar do povo negro e indígena. Outra constatação foi sobre a formação no Curso de Pedagogia, as alunas que se envolveram na pesquisa e no curso de extensão tiveram uma formação complementar sobre as temáticas desenvolvidas no estudo, mas as demais estudantes não tiveram essa oportunidade, pois ao longo do curso é muito superficial o que é tratado sobre a temática. Outra preocupação é o envolvimento de mais professoras/es do curso com essa temática que é transversal no currículo. Foram muitas aprendizagens e descobertas dinamizando o ensino e provocando o desenvolvimento crítico de estudantes, docentes e pesquisadora.

Outro desafio é cada sujeito se entender neste processo como protagonista e responsável pela formação de uma rede de solidariedade a causa indígena e de combate ao racismo em todas as suas formas, visando à formação de uma educação antirracista. Essa deve ser uma luta de cada pessoa independente de sua origem de cor, classe social, gênero, valores religiosos e culturais, pois o fortalecimento da identidade nacional brasileira passa pela superação de intolerância e das desigualdades étnico-raciais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDRADE, Raquel de Sousa. **O Livro Didático e a Construção da Identidade Negra**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Campina Grande: UEPB, Centro de Educação, 2014.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In. BAUER, M. W.; GASKELL, George (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.P. 189-217.



BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639**. De 09 de janeiro de 2003. Disponível em: [https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_10639\\_09012003.pdf](https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf) Acesso em: 20 de julho de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645**. De 10 de março de 2008. Disponível em: [https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_11645\\_100308.pdf](https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf) Acesso em: 15 de maio de 2008.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Igualdade Racial**. De 20 de julho de 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm) Acesso em: 15 de agosto de 2010.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre o índio**. In. Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). Nº. 01. Setembro de 2000. Manaus Amazonas. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/cinco\\_ideias\\_equivocadas\\_jose\\_ribamar.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/cinco_ideias_equivocadas_jose_ribamar.pdf)

SOUZA, Patrícia da Silva. **Enveredando na afrobrasilidade a partir dos livros didáticos do 4º ano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Campina Grande: UEPB, Centro de Educação, 2014.